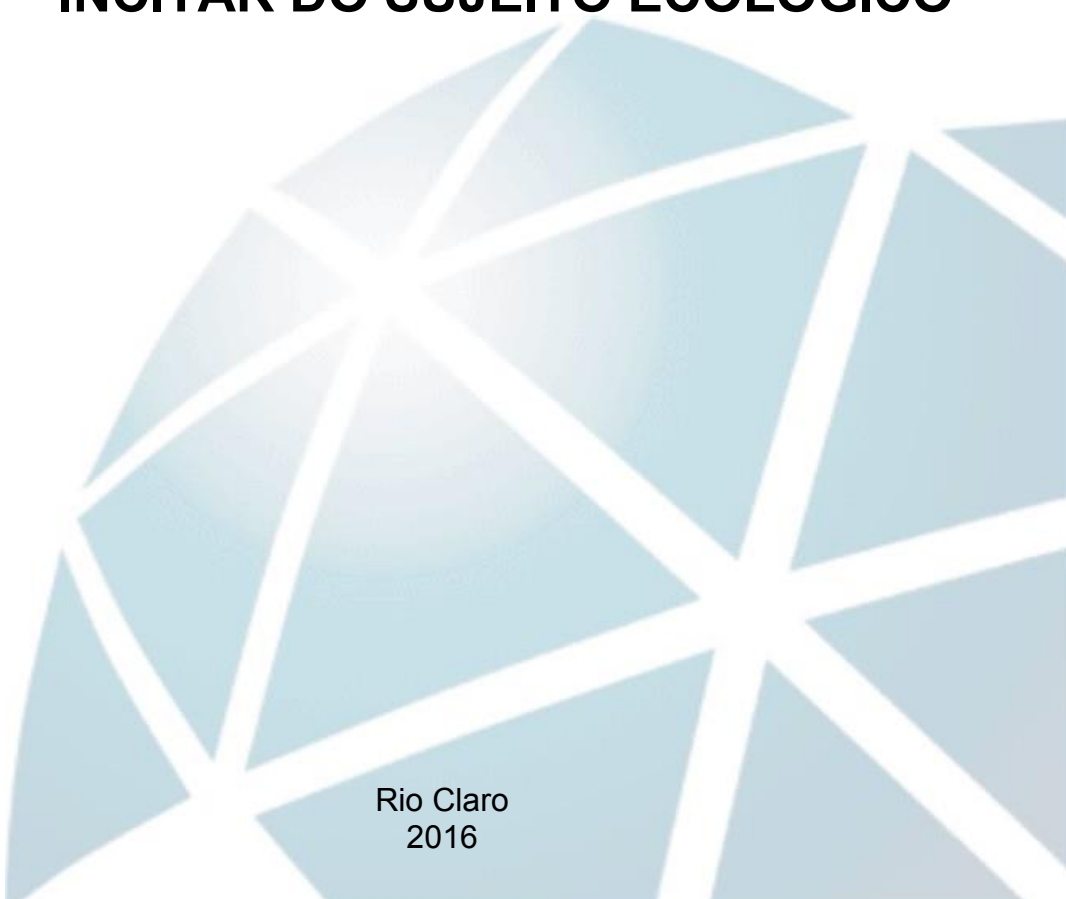

ECOLOGIA

RAFAEL FERREIRA DE ANDRADE

**AS CONDUTAS PRÓ-AMBIENTAIS NO
BRASIL: UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA
DAS ATIVIDADES DE AVENTURA NO
INCITAR DO SUJEITO ECOLÓGICO**



Rio Claro
2016

RAFAEL FERREIRA DE ANDRADE

AS CONDUTAS PRÓ-AMBIENTAIS NO BRASIL: UMA
ABORDAGEM SISTEMÁTICA DAS ATIVIDADES DE
AVENTURA NO INCITAR DO SUJEITO ECOLÓGICO

Orientador: PROF^a. DRA. GISELE MARIA SCHWARTZ

Co-orientador: M.^a NARA HELOISA RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de
Rio Claro, para obtenção do grau de Ecólogo

Rio Claro
2016

372.357 Andrade, Rafael Ferreira de
A553c As condutas pró-ambientais no Brasil : uma abordagem
sistemática das atividades de aventura no incitar do sujeito
ecológico / Rafael Ferreira de Andrade. - Rio Claro, 2016
42 f. : il., gráfs., quadros

Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências
de Rio Claro

Orientadora: Gisele Maria Schwartz

Coorientadora: Nara Heloisa Rodrigues

1. Educação ambiental. 2. Lazer. 3.
Comportamento pró-ambiental. I. Título.

RESUMO

Devido à excessiva perda de massa vegetal nos diferentes biomas do Brasil, e, por conseguinte, o crescente número de espécies em extinção, perda de solo, assoreamento de rios, etc., se fazem necessárias medidas que convoquem as pessoas a estreitar o vínculo ser humano-natureza, bem como, a estimular a preservação do patrimônio natural. Uma das possibilidades nesse sentido está centrada na vivência de atividades de aventura. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo analisar, nas pesquisas disponibilizadas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as abordagens sobre atividades de aventura como ferramenta à sensibilização e conscientização ambiental, evidenciando de que forma essa questão está sendo tratada no âmbito acadêmico. O presente estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido por meio da união de pesquisa documental e pesquisa exploratória. Como critério de inclusão foram adotados apenas artigos na íntegra, em português, publicados entre 2010 e 2015. Os dados foram analisados descritivamente, por meio da Técnica de Análise de Conteúdo Temático. Ao todo, foram submetidos à análise 18 artigos que se coadunavam com o escopo da pesquisa. As atividades de aventura na natureza demonstraram ser um importante instrumento para a educação ambiental, principalmente pela capacidade de incitar mudanças atitudinais que, por ventura, representarão novas posturas e condutas frente ao meio ambiente, consolidando o desencadeamento do comportamento pró-ambiental. No entanto, com esta pesquisa, percebeu-se que pouquíssimos estudos no Brasil dedicaram-se à compreender as atividades de aventura como fenômeno principal no despertar dessa consciência ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental, lazer, comportamento pró- ambiental.

ABSTRACT

In a time that the technological development and the living conditions in the urban environment (work, housing, etc.) seem to distance people from nature, at the same time that economic development follows destroying the environment on a global scale, it is consistent that a growing number of people are looking to break these barriers spending more time with pleasant and exciting moments in nature (MARINHO, 2008). Considering this, and taking into account that Brazil presents a growing plant mass loss and, consequently, a falling in biodiversity, any strategies that could catalyze efforts, as Adventure Activities in Nature are very important for environmental education. Promoting this and other strategies within this context, it may be possible to provide a more conscious and meaningful contact with the natural environment, based on encouraging new habits and values. This study aims to analyze, in the available researches from Portal CAPES, the approaches of adventure activities as a tool to raise sensitization and environmental awareness, evidencing how this issue is being addressed in academic realm. This qualitative study is developed through the union of documentary and exploratory researches, taking into account as bibliographic database the researches published at national journals from the Portal of the Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES). Data were analyzed through Thematic Content Analysis Technique. Inclusion criteria were adopted only articles in full, in Portuguese, published between 2010 and 2015. In all, were analyzed 18 articles which go ahead with the scope of the search. The sample of published articles, added to the literature review, supported the inference that the adventure activities have a key role in the consolidation of pro-environmental attitudes. However, in this research, it was noticed that very few studies in Brazil dedicated to the understanding of the adventure activities as a major phenomenon in the wake of this environmental awareness.

Keywords: Environment Education, leisure, pro-environment behavior

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1. Um animal de duas patas e seu ambiente natural.....	7
1.1.1. A evolução da coexistência ser humano-ambiente.....	7
1.1.2. A (re)aproximação da natureza.....	8
1.2. Um convite a ser aceito: do ecoturismo ao lazer.....	9
1.2.1. Ecoturismo e sustentabilidade.....	9
1.2.2. Quando atividade física, lazer e ecoturismo andam lado a lado.....	10
1.3. Atividades de aventura na natureza: uma linha de ação.....	11
1.3.1. Conceituando as atividades de aventura na natureza.....	11
1.3.2. Aderência às atividades de aventura na natureza.....	12
1.3.3. Caracterização das atividades de aventura na natureza.....	13
1.3.4. AAN e modernidade.....	14
1.3.5. O potencial do Brasil para as AAN.....	15
1.4. Educação, atividade de aventura e natureza.....	16
1.4.1. A educação ambiental como motriz das AAN.....	16
1.4.2. A transmissão do conhecimento; atitudes e condutas.....	18
2. OBJETIVO.....	20
3. MÉTODO.....	21
4. RESULTADOS.....	23
4.1. Quadro 1.....	24
4.2. Figura 1.....	26
5. DISCUSSÃO.....	27
5.1. Ressonâncias ambientais positivas.....	27
5.2. Ressonâncias ambientais negativas.....	28
5.3. Ressonâncias sociais positivas.....	29
5.4. Ressonâncias sociais negativas.....	32
5.5. Medidas de fomento e AAN.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

1.1 Um animal de duas patas e seu ambiente natural

1.1.1 A evolução da coexistência ser humano-ambiente

A relação do ser humano com o meio ambiente percorre uma jornada extensa, dinâmica e acirrada. Os primeiros hominídeos propriamente ditos eram caçadores- coletores nômades, dependentes exclusivamente do que o ambiente natural oferecia, estando vedados à dinâmica interna da natureza. À medida que o homem começou a domesticar plantas e animais e se estabelecer em locais fixos, o caráter de sujeição aos ciclos naturais, de estar à mercê de fenômenos e processos naturais dos ecossistemas começaram a ser minimizados.

O distanciamento do ambiente natural e a decorrente submissão deste ao ser humano, por meio do domínio pragmático dos recursos naturais, favorece a instalação de uma visão incipiente; caracterizado pelo reducionismo da natureza, marcada pela dicotomia humano – natureza. Para tal elucidação, pode-se mencionar a reflexão de Ortiz (2000). Segundo este autor, nas histórias e contos da Odisseia, os guerreiros percorriam rios, mares, margeavam desertos e montanhas, para satisfazer as vontades dos Deuses, mas, além disso, da conquista de novos territórios. No entanto, apesar do caminho ser caracterizado como desafio, via-se nas aventuras permeadas pelos elementos naturais como sofrimento. Pode-se dizer, portanto, que havia uma visão materialista, antropocêntrica, na qual o ambiente natural era visto como outro pela humanidade, e a natureza era um recurso a ser consumido (MATHEWS, 2006).

Essa dicotomia ser humano-natureza, caracterizada pelo paradigma do humano como único detentor dos recursos naturais, começa a ser questionada após um longo período. O movimento romântico, no fim do século XVIII, muda não somente os princípios artísticos-expressivos, como salienta Salgueiro (2001), mas instiga um novo olhar aos elementos da paisagem; as montanhas, o litoral, as florestas, os quais, antes desprezados, passam, agora, a serem considerados como elementos a serem valorizados; instrumentos passíveis para o regozijo humano. No entanto, como a humanidade caminha em pulsos, sempre se contrapondo aos movimentos socioculturais anteriores, uma nova visão

reducionista emerge no século XIX. Na Europa, o advento da concepção técnico-científica, promulgada por grandes pensadores como Francis Bacon e Descartes, incita uma nova compreensão da natureza, agora, mecanicista, onde a soma das partes é maior que o todo. Por outro lado, à medida que a ciência adentrava cada vez mais no véu que cobria os mecanismos da natureza, assim como os polos industriais e os complexos urbanos cresciam cada vez mais, surgem reações adversas à vida urbana (DIAS, 2007). A contracultura, marcada no fim do século 60, ilustra bem tal fenômeno, como menciona Schwartz (2002) para a qual a procura pela simplicidade e valorização do reencontro com a natureza adquirem atributos significativos nesse cenário.

Riserio (2006) acrescenta que, conforme a natureza ia sendo estudada e desvendada pelos humanos, os interesses remanescentes pontuavam-se na rusticidade do ambiente e pela jornada interior realizada pelo explorador. Tais vieses, os quais foram se fortalecendo à medida que o tempo passava e os recursos iam se limitando, forneceram substrato para o desenvolvimento de correntes de proteção e conservação da natureza, tendo como princípio direcionador a utilização racional e adequada dos serviços ecossistêmicos (DIEGUES, 2001).

1.1.2 A (re)aproximação da natureza

O anseio pela reaproximação com o meio ambiente começa a ser notável e evidente com o desenvolvimento desenfreado e o avanço da malha urbana cosmopolita. A população, na tentativa inquietadora do gozo de qualidade de vida e uma válvula de escape ao dia-dia corriqueiro e estressante, visa novos hábitos (TAHARA, SCHWARTZ, SILVA, 2003) pautado em um estreitamento com os elementos da paisagem e a necessidade de consolidação de pertencimento ao meio. A concretização dos hábitos conjectura-se, para além de medidas mais corretas em relação à minimização de danos ao ambiente, na busca pelo campo e por um estilo mais natural de viver, por meio, inclusive, da fundação de clubes, federações e associações esportivas (DIAS, 2007), ou por mera contemplação, atenuando aquilo que a cidade não podia oferecer. Um clássico exemplo que caracteriza esta necessidade foram as reivindicações de espaços naturais para o lazer na Inglaterra, durante o fim do século XIX, bem como, a criação de parques promulgados pelos governos federais dos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia, que visavam a recreação e preservação nesses países, conceitos esses que se fundiam na época (DIAS, 2007).

Um estudo realizado por Cole (1996), sobre as tendências de práticas de recreação no contexto do lazer, revelou uma forte tendência na busca por espaços naturais, florestas, encostas e locais bem preservados e protegidos, para a realização de tais atividades. Levando em conta tal inquietude por parte da sociedade civil, o fomento de oportunidades vivenciadas no meio natural com intuito de reaproximação da natureza, com vistas à conservação, torna-se essencial hodierno (FIGUEIREDO, 2012). A aspiração disso pode ser estimulada por iniciativas no contexto do lazer, com base em ferramentas que instigam a aproximação humana com o ambiente, notadamente, percebeu-se um ótimo campo para o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura, instrumentos cruciais ao escopo desse anseio.

1.2 Um convite a ser aceito: do ecoturismo ao lazer

1.2.1 Ecoturismo e sustentabilidade

As grandes jornadas promovidas pelos naturalistas no século XVIII e XIX; Humboldt, Darwin, Wallace, Bates, instigados pela curiosidade científica, buscavam, em suas pesquisas, explanarem e interpretar em possíveis padrões na natureza (LEITE, 1995). Entretanto, a inquietude desses grandes contribuintes à ciência não visavam um retorno financeiro, socioeconômico das áreas visitadas, nem mesmo, tinham viés conservacionista dos domínios ou das espécies ali inseridas. Tal situação pode ser encarada pelas visitas esporádicas e isoladas. Esse cenário não possibilitava o conhecimento pelo resto da população, a qual, à mercê dos grandes centros urbanos que soerguiam rapidamente, tinha acesso somente aos assuntos corriqueiros do meio urbano.

Com o avanço da aviação comercial em meados do século XX, após o alvoroço industrial fomentado pós 2ª guerra mundial, que possibilitava viagens em um curto período de tempo, somado à popularidade de documentários de televisão acerca dos ecossistemas e a dinâmica da natureza, além do interesse em ascensão pela conservação ambiental, foi o que caracterizou o fenômeno embrionário denominado ecoturismo, consolidando-se efetivamente no fim do século XX (CEBALLOS-LASCURAIN, 1996). Somado a isso, o aprimoramento de novas tecnologias e o incentivo a outros meios de transporte (bicicleta, carro, trem), aumentou a mobilidade social e, em certo ponto, instigou o desejo, a vontade de conhecer novos lugares (DIAS; MELO; ALVES,

2007), dando origem a locais que se desenvolveram em função do ecoturismo, como a cidade de Brotas.

Brotas, uma cidade interiorana pacata do Estado de São Paulo, testemunhou empiricamente tal mudança de paradigma. Com os novos incentivos ao turismo, ao encorajamento a conhecer novos lugares e com a facilidade de locomoção provida pelos meios de transporte, aliada à necessidade de desenvolvimento turístico sustentável e o crescimento econômico, a partir da década de 90, Brotas começou apostar na natureza como atratividade, reunindo mais de dez atividades de aventura. Atualmente, ela é uma das grandes cidades potências no que tange ao Ecoturismo no Estado de São Paulo e no Brasil (CAPUANO, 2000).

O ecoturismo, por sua vez, palavra essa que se tornou um *hotspot* dentro do turismo nas últimas décadas, representa uma nova forma de conceber a natureza e se relacionar com ela. O ecoturismo, atualmente, simboliza uma fusão de interesses que surgem de preocupações de caráter ambiental, social e econômica (WESTERN 2001). Este se apresenta como uma viagem responsável a áreas preservadas, buscando promover o bem-estar da comunidade local e a estabilidade ambiental (BLANGY; WOOD, 2002). Serrano (1997) acrescenta que esse segmento é o que tem crescido com as maiores taxas nos últimos tempos, propiciando novas perspectivas para as vivências de atividades no campo do lazer.

1.2.2 Quando atividade física, lazer e ecoturismo andam lado a lado

Muito do que se apregoa no ecoturismo, encontra-se dentro do universo do lazer. A necessidade de preservação e conservação da natureza, somada ao desejo de um contato mais íntimo com o meio ambiente natural, foi o que efetivou a inserção deste no segmento ecoturístico. Essa área, que abrange uma grande diversidade de conteúdos, consolidou-se principalmente a partir da era industrial (FIGUEIREDO; SCHWARTZ, 2013), sendo compreendido por atividades que determinada pessoa pratica, objetivando o gozo, o recreio, o descanso ou conhecimento, contando que não estejam envolvidas obrigações de labor.

Em momentos destinados ao lazer, muitas pessoas usufruem o tempo disponível para passar momentos significativos e prazerosos, para os quais, usualmente, não teriam a oportunidade de gozo no dia-dia desgastante das cidades. Esta visão funcionalista do lazer, entretanto, não se coaduna com a amplitude da definição proposta por Gomes (2004) para a

qual o lazer representa uma dimensão da cultura instituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço, apropriada pelo indivíduo ou grupo social, constituindo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, sobretudo com o trabalho produtivo.

É neste espaço que se concentram, não somente as possibilidades de descanso e divertimento, mas também um componente que nem sempre é tão perceptível, que a possibilidade de desenvolvimento, o qual pode ser de cunho pessoal e social. É neste componente que estão inseridas as possibilidades privilegiadas de novos aprendizados e de mudanças atitudinais, uma vez que as atividades vivenciadas no contexto do lazer são de caráter espontâneo, com possibilidade de tomada de novos contatos, de aguçar a percepção e reflexão (MARCELLINO, 2012).

As atividades físicas de aventura conseguiram preencher uma das lacunas existente entre ecoturismo e o lazer, que necessitavam de atratividade para catalisar novos adeptos. Apesar de muitos destes procurarem tais atividades dentro do segmento ecoturístico devido à carestia hedonista, a promoção a novas reflexões e a capacidade de mudanças atitudinais anexas a tais atividades foi, em última instância, o que intitulou tais atividades como motrizes a uma nova forma de relacionamento entre o ser humano urbano e a natureza

1.3 Atividades de aventura na natureza - uma linha de ação

1.3.1 Conceituando as Atividades de Aventura na Natureza

Por ser uma área de estudo recente, estas atividades de caráter lúdico vivenciadas na natureza ainda não foram consolidadas como um conceito fixo e definido. Apoiando-se na terminologia de forma mais basal possível, as atividades de aventura solidificam-se, pelo menos parcialmente, como um vocábulo guarda-chuva, tratando-se de uma solução provisória para uma comunidade que carece de uma real consolidação terminológica (PIMENTEL, 2012). Para Dias (2007) esse entrave permite a concepção de uma atividade do contexto do lazer esportivo, a qual se diluiu em diversos conceitos, sendo cada um deles um vasto campo de expressões decorrentes deste fenômeno cultural.

A capacidade de inclusão destas atividades no ecoturismo tornou-se evidente, impulsionando-as ao que Betrán (2003) denominou de atividades físicas de aventura na natureza (AFAN). Tal terminologia (AFAN) proposta pelo autor representa um conjunto

de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e risco, realizadas em ambientes naturais (ar, água, gelo e terra) e sob controle das condições de uso de equipamentos (COSTA; MARINHO; PASSOS, 2007).

Apesar do conceito de AFAN ser genérico e ter uma amplitude grande na comunidade científica, a terminologia atividades de aventura na natureza (AAN) parece ser mais apropriada no que concerne à temática deste estudo, visto esta encabeçar diferentes práticas realizadas em diversos locais, sendo diferenciadas de certas AFAN, devido às distintas características expressadas pela condição de prática, metas, meios utilizados para a realização e a própria motivação dos praticantes (MARINHO, 2004).

Poder-se-ia utilizar, também, a denominação esportes de aventura, até porque muitas das AAN são modalidades esportivas, entretanto, tal conceito refere-se a uma atividade corporal de cunho competitivo, possuindo características conhecidas internacionalmente e baseada em federações (DIAS; MELO; ALVES JUNIOR, 2007) em que o caráter desta delimita um vencedor e um perdedor. Dessa forma, tal terminologia não conjectura-se com a proposta deste estudo, o qual diz respeito, assim, às atividades de aventura na natureza, de modo mais genérico.

1.3.2 Aderência às Atividades de Aventura na Natureza

Apesar da primeira escalada nos Alpes, mais precisamente no Monte Aiguille, ser relatada de 1492, Pociello (1987) comenta que os então conhecidos esportes californianos, por ele denominados, começam a difundir-se efetivamente durante a década de 70, em que há a procura pelo risco e a aventura tornando-se constante e a popularização dessas atividades começam a crescer em um ritmo significativo. Os esportes californianos, pertencentes às atividades realizadas na natureza, começaram a atrair cada vez mais adeptos, em decorrência da efervescência de movimentos como a contracultura, aliado à necessidade de (re)encontro à natureza em contraponto com uma sociedade cada vez mais urbanizada e tecnicamente estruturada, ou seja, uma sociedade cada vez menos natural (TAHARA, 2004).

O estreitamento com o ambiente natural marcado pela busca de emoções fortes, a necessidade de apreciação da beleza cênica natural, a aspiração de estar em um ambiente puro, a necessidade de encontrar-se consigo mesmo e aventurar-se um espaço naturalmente não usual, são alguns dos direcionadores que catalisaram novos adeptos às

atividades de aventura (LACRUZ; PERICH, 2000). Além do mais, a possibilidade de escapar das tensões diárias da cidade, bem como, do estresse característico inerente da rotina, representam um convite às pessoas que se encontram à mercê dessas condições a adentrarem no mundo da aventura (CAPUANO, 2000).

A diligência por tais atividades, no entanto, pelas próprias características fundamentadas em suas práticas, pode, inclusive, estar ancorada na procura por sensações prazerosas, hedonistas, contemplativas, mais do que uma *performance* ou um treinamento físico-esportivo (TAHARA, 2004). A busca pela percepção do natural, de estar também arraigado na biodiversidade ou nos elementos paisagísticos cravados por uma heterogeneidade ambiental, pode instigar um número crescente de nativos e turistas a permearem os ambientes destas atividades (FERREIRA, 2003).

1.3.3 Caracterização das Atividades de Aventura na Natureza

A realização destas atividades está, geralmente, acompanhada de um componente de incerteza e risco e, como mencionado anteriormente, estas representam praticadas em diferentes matrizes de desenvolvimento; no ar, no qual se encaixam as atividades de voo livre, balonismo, *bungee jump*, etc. Dentre as atividades que usufruem da terra como substrato de prática encontram-se o *trekking*, o *rapel*, o *mountain bike*, etc. Por fim, as que gozam da água para o desenvolvimento encabeçam as atividades conhecidas como o *surf*, o *boia-cross*, o *rafting*, o *kite-surf*, o mergulho-livre, entre outras (BÉTRAN, 2003). Essas atividades foram, ao longo da década de 80 até os dias de hoje, meandrando e se aprimorando, de acordo com os níveis de organização e incertezas intrínsecas à prática, tomando como base para o crescimento o avanço tecnológico, no que concerne as seus equipamentos específicos, aos recursos envolvidos e aos meios de comunicação inerentes a sua expansão (TAHARA, 2004).

Na visão de Marinho (2004) pode-se observar uma nova forma de conceber os padrões triviais da recreação no âmbito do lazer e, a partir das AAN, houve um avanço do que já estava estabelecido neste paradigma, uma vez que a vivência da aventura possibilitou uma transgressão dos limites já estabelecidos, manifestando-se de forma lúdica e incitando um novo modelo cultural. Estas, portanto, amalgamam pontos de interesse, os quais, até então, estariam compartimentados, como na visão externa: as florestas, os riachos, as montanhas; na visão emotiva interna: o risco, a emoção, a liberdade, e por fim, na visão

química resultante: a excitação gerada pela adrenalina e demais hormônios liberados durante a prática.

1.3.4 AAN e modernidade

A apropriação do espaço eco-rural, nas últimas décadas, favoreceu a submissão da aventura à lógica do mercado, uma vez que, sendo incorporada aos pacotes turísticos, estabeleceu-se firmemente no contexto atual mercadológico. As preocupações emergentes sobre a saúde, o contato com a natureza e o tempo livre representaram um papel fundamental na consolidação e difusão das AAN, as quais, posteriormente, solidificaram-se e atingiram o grau de expansão atual (AMARAL, 2005).

O crescimento das atividades na natureza é nítido e significativo, com ampla divulgação propagandística e midiática. De acordo com o Ministério do Turismo (2010), atualmente, só no Brasil, são oferecidas mais de 25 atividades de aventura. Existem no entanto, outras modalidades a serem incorporadas que não foram passíveis de caracterização para o espaço brasileiro, mas que apresentam potencial para inserção, como as atividades praticadas no ambiente gelado.

No que tange à preocupação acadêmica sobre esta temática, nota-se um aumento pronunciado de grupos de pesquisa dedicados à abordagem sistemática dessas atividades. Em um levantamento realizado por Teixeira e Marinho (2010) verificou-se um crescimento gradativo desses grupos de pesquisa que, cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), somaram um total de 23 grupos. Há ainda uma tendência a um crescimento contínuo, uma vez considerada a vasta abordagem e nuances a que estão propensas estas atividades.

Por outro lado, vê-se um aproveitamento da expansão das AAN por parte de empresas concernentes ao ramo, como lojas de artigos esportivos, e outros sujeitos de interesses que se apropriam do atual cenário para explorarem a faceta econômica garantida nesse investimento, por meio da venda de produtos específicos, como tênis de caminhadas, livros, guias, equipamentos, além da perspectiva do risco inerente, da emoção gerada e da possibilidade de temporária da vivência da vertigem e de posicionar o corpo de modo invertido (MARINHO, 1999). Os demais apetrechos coniventes à vivência das atividades de aventura estabeleceram-se cada vez mais na vida dos praticantes em diferentes modalidades. Não obstante, pessoas simpatizantes, com certo fascínio, também adentram ao universo da

aventura, adquirindo tais acessórios, mesmo sem um contato direto e prático com essas atividades (TAHARA, 2004).

1.3.5 O potencial do Brasil para as AAN

O Turismo de aventura ou o ecoturismo, os quais abrangem as AAN, representam, juntamente com o Carnaval, as atividades de maior atração internacional no Brasil (SWARBROOKE et al., 2003), sendo que a taxa de crescimento desse mercado é significativamente maior que os outros segmentos turísticos. Bruhns (1997) ressalta que o país apresenta um número considerável de parques e reservas ecológicas, os quais carregam em si a capacidade de atrair turistas, sejam nacionais ou estrangeiros, para a realização destas atividades. Ainda, devido às características geomorfológicas intrínsecas ao Brasil, é possível ver paisagens com belezas cênicas únicas motivando turistas a conhecerem tais áreas, podendo aproximá-los da realidade das AAN e usufruírem essas áreas, tais como a região de Bonito (MS) e a opção de mergulho em suas águas transparentes, a Chapada dos Veadeiros (GO), com seu *canyons* característicos, o PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira), com suas belas cavernas e a possibilidade de espeleoturismo, entre outros (TAHARA, 2004).

De acordo com o Ministério do Turismo (2005) existem locais prioritários a serem incentivados à promoção do turismo de aventura. Como o Brasil é um país continental e denota uma heterogeneidade ambiental pronunciada, como já mencionado, os locais a serem impulsionados evidenciam essa natureza característica, apresentando localidades, em todas as regiões do país, passíveis de serem investidas, entre alguns delas, podem ser citadas: Serras Gaúcha e a Grande Florianópolis (Sul), Rio de Janeiro e Serra do Cipó (Sudeste), Chapada dos Veadeiros (Centro-oeste), Fortaleza Metropolitana e Chapada Diamantina (Nordeste), e Manaus (Norte).

Outros aspectos também parecem ser relevantes para o potencial brasileiro no que se refere à AAN, como o crescimento de eventos propostos ao debate da temática como o Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA) juntamente com o Congresso Internacional de Atividades de Aventura (CIAA), cursos de pós-graduação específicos, disciplinas obrigatórias e optativas em cursos de bacharelado, cursos de extensão, além de trabalhos envolvendo diferentes estratos etários; como em idosos (CHAO et al., 2015) e crianças (INÁCIO et al., 2005). Estas iniciativas denotam novas perspectivas para as AAN, sobretudo, o elemento de desenvolvimento de valores e de educação.

1.4 Educação, atividade de aventura e natureza

1.4.1 A educação ambiental como motriz das AAN

Pontua-se, aqui, que, uma vez contextualizada a magnitude que o mercado da aventura apropriou-se em território nacional, medidas que incentivem uma sensibilização ambiental, com a posterior conscientização e expressão de condutas pró-ambientais se fazem prementes. A educação ambiental é um promotor significativo para o escopo desse delineamento, representando uma força motriz de mudanças atitudinais que promovam uma reflexão da postura humana frente ao ambiente, ou ao que resta dele.

A educação ambiental, por sua vez, responde à aquisição de conhecimentos, atitudes e valores sociais que conduzem a um estreitamento entre o ser humano e o ambiente, visando à preservação e perpetuação saudável nessa relação (LEE; WILLIAMS 2001). A adoção da educação ambiental (EA) caracteriza-se como um elemento crucial para a promoção do atual modelo de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade, baseado no tripé das facetas social, ambiental e econômica.

Os primeiros movimentos que contribuíram para a promoção dos processos educativos relacionados com a faceta ambiental iniciam-se na década de 60. No entanto, a consolidação de políticas internacionais, fomentando o incentivo à difusão da educação ambiental, se dá pelos documentos promulgados pela UNESCO (United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization), a partir da década de 70. A carta de Belgrado, criada posteriormente à Conferência de Estocolmo, representa um desses documentos com diretrizes ao incentivo da EA, assim como o documento produzido em Tbilisi, Géorgia, em 1983 (CASCINO, 1999)

Por outro lado, no Brasil, apesar da institucionalização da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), criada em 1981, o debate acerca deste tema ganha força principalmente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, popularmente conhecida como RIO 92, ou Cúpula da Terra, onde foi formulada a Carta Brasileira para Educação Ambiental. Nesta, houve o reconhecimento da EA como uma das principais medidas para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida humana (CASCINO, 1999).

Um consórcio entre atividades de aventura e educação ambiental pode representar uma estratégia fundamental durante as práticas destas atividades, pois, uma vez

promovido isso, será possível promover ações mais eficientes e positivas, no que concerne à conservação ambiental, mais do que simplesmente regozijar-se de maneira hedonista e com uma conotação de apropriação da natureza, baseado em um consumo unilateral por parte do ser humano. O conceito de ecomotricidade proposto por Rodrigues e Júnior (2009), parece confluir com esta proposta. De acordo com os autores, este conceito se refere a práticas corporais com intencionalidade pautadas na relação direta ser humano-natureza, apropriando-se dos fundamentos da educação ambiental propriamente dita, da motricidade humana e da pedagogia dialógica, em um processo educativo integrado. Dessa forma, o processo de educação ambiental é dividido em duas partes dependentes; a sensibilização, a qual se demonstra mais viável ao despertar das emoções e sensações previamente ligadas aos aspectos afetivo, perceptivos e sensoriais, enquanto que a segunda parte, referente à conscientização, está relacionada à apropriação de valores de forma racional e cognitiva (FIGUEIREDO, 2012).

A educação ambiental, contudo, deve, para sua real eficácia, ser debatida e acionada nos diferentes meios, não somente em âmbito científico. A necessidade da tomada de decisões baseadas em um processo educativo bem estabelecido precisa ser encarada de forma cosmopolita, aliando teoria e prática, comunicação e educação, planejamento e ação (GUIMARÃES, 2004). A transdisciplinariedade deve, nesse sentido, ser incorporada para catalisar conhecimentos de diversas áreas e contribuir para o processo educativo de maneira holística e integrada, fundamentando o despertar dos sujeitos de interesse, os aprendizes, à futuras condutas pró-ambientais (FIGUEIREDO; SCHWARTZ, 2013).

Ab'Saber (1996), referindo-se à educação ambiental, já ressaltava a necessidade de um grande esforço para a recuperação de realidades, com intuito de prover o compromisso com o futuro, redesenhar comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou nunca alcançados. É neste sentido que a educação ambiental manifesta-se como uma das possíveis estratégias de fomento para o combate da crise civilizatória, seja em âmbito cultural ou social.

Com base em uma educação ambiental eficiente, propende-se para a superação da iniquidade ambiental, da injustiça e desigualdade social, da apropriação funcionalista da natureza e da humanidade (SORRENTINO, 2005). Dessa forma, pretende-se promover a superação da visão dicotômica ser humano-natureza, transformando os atuais padrões de uso e consumo dos recursos naturais em diretrizes mais sustentáveis, justas e solidárias (GUIMARÃES, 2004).

1.4.2 A transmissão do conhecimento; atitudes e condutas

Os fatores físicos do ambiente, assim como a dimensão sociocultural da sociedade, podem interferir de maneira expressiva no comportamento dos indivíduos, os quais podem influenciar o meio (CORRAL-VERDUGO 2000). No entanto, os indivíduos, à mercê dessas influências, estão passíveis a uma dualidade característica; as atitudes e as condutas que podem ser incitadas pelas práticas na natureza.

As atitudes representam as crenças e os valores pessoais que estão estritamente vinculados com as feições axiológicas presentes na cultura de determinado indivíduo, não sendo, necessariamente, condizentes com as condutas manifestadas. Em contrapartida, a conduta se refere à ação em questão, à manifestação direta do indivíduo que é exposta e externalizada (SCHWARTZ, 2001).

Dessa forma, um indivíduo pode apresentar tendências a atitudes de integração com a natureza, sem necessariamente externalizar esses preceitos. A conduta pró- ambiental neste caso, não é exercida, pela dificuldade de aceitação ao que é incutido (CORRAL-VERDUGO 2000). Essa situação corrobora Festinger (1959) em sua Teoria da Dissonância Cognitiva, o qual salienta que as atitudes não necessariamente definem as futuras condutas. Thompson e Barton (1994) ainda nessa linha de raciocínio, afirmam que, apesar da intenção; a atitude nem sempre será expressa e traduzida igualmente na conduta pró-ambiental.

O indivíduo que experimentar lançar-se ao mundo da aventura em contato com a natureza, pautado em um contato simplório de caráter consumista, dificilmente se tornará um defensor da natureza (RODRIGUES; DARIDO, 2006). Portanto, se um indivíduo realiza uma AAN e esta acaba por não incitar mudanças axiológicas referentes à representatividade e significância da natureza, o processo educativo não ocorreu, barrando mudanças atitudinais e futuras condutas de cunho conservacionista. Observa-se, por conseguinte, que as atividades em meio natural podem, tanto incitar o despertar da espontaneidade e outros valores nas pessoas, bem como, inibir e limitar certos comportamentos. É imprescindível que a condução de uma AAN ocorra de maneira minuciosa por um guia capacitado ou por um professor que tenha esse interesse no desenvolvimento de valores preservacionistas, por exemplo, para incitar um novo modo de pensar, buscando que os processos reflexivos e educativos acerca do meio sejam instigados.

Com base nesses pressupostos, tornou-se instigante compreender como se dá a apropriação destas temáticas envolvendo as possibilidades de educação ambiental

promovidas pela prática de atividades de aventura na natureza, na visão de pesquisadores. Este representa a problemática de interesse do presente estudo.

2 OBJETIVO

O presente estudo busca analisar, nas pesquisas disponibilizadas no portal de periódicos CAPES, as abordagens sobre atividades de aventura como ferramenta à sensibilização e conscientização ambiental, evidenciando de que forma essa questão está sendo tratada no âmbito acadêmico.

Esta pesquisa se justifica, no sentido de enfatizar a premência da adoção de iniciativas que envolvam o potencial dessas práticas do contexto do lazer, de forma direta e indireta, para estimular o despertar do sujeito ecológico.

3 MÉTODO

Para a realização do estudo adotou-se pesquisa de natureza qualitativa, a qual, segundo Richardson (2011), possui maior adequabilidade para discorrer sobre a complexidade de um problema, dado seu poder de analisar a interação de certas variáveis. A pesquisa de natureza qualitativa aborda o universo de motivos, valores e condutas, que assinala um espaço mais amplo dos fenômenos e relações, os quais não devem ser minimizados a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2013).

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográfica e exploratória. Na primeira etapa foi realizada a pesquisa bibliográfica, a qual, de acordo com Stake (2010) possibilita amplificar a magnitude das reflexões, baseando-se no que já foi produzido sobre a respectiva temática, elencando assim, o impulso a novos conhecimentos. Dessa forma, a pesquisa e atualização bibliográfica teve como princípio a aproximação com o universo pesquisado, neste caso, o aprofundamento da compreensão das AAN, no que concerne a sua dinâmica, infraestrutura e principalmente os potenciais educativos.

Obtiveram-se, como base bibliográfica, as pesquisas realizadas em esfera nacional, focalizando os periódicos disponibilizados na plataforma *online* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, mais precisamente, no Portal de Periódicos. Esta base consultada teve como finalidade o suporte à pesquisa e, como elemento para refinar a busca, adotaram-se como palavras-chave os termos: atividades de aventura, esportes na natureza, atividades na natureza, degradação ambiental, sensibilização ambiental, conscientização ambiental, educação ambiental, benefícios de práticas na natureza, meio ambiente, lazer, bem-estar.

Os critérios de inclusão foram apenas artigos nacionais, publicados na íntegra, nos últimos 10 anos e disponibilizados no Portal de Periódicos da CAPES. Este critério promoveu subsídio para a pesquisa exploratória, envolvendo a inter-relação entre atividades de aventura e a sensibilização ambiental.

Para a pesquisa bibliográfica dedicou-se o período de setembro a novembro de 2014. A segunda etapa é relativa à referida pesquisa exploratória, a qual foi desenvolvida para se penetrar mais densamente no universo pesquisado, ampliando-se as vantagens na promoção de novas reflexões (LEECH; DELLINGER, 2012). Para Marconi e Lakatos (2011), esse tipo de pesquisa tem como meta a promoção de novas ideias e discernimentos, contextualizando-se firmemente com o fenômeno estudado.

O levantamento de dados pertinentes à pesquisa desdobrou-se pelos artigos elencados do então já mencionado Portal de Periódicos da CAPES. Totalizaram-se 20 artigos que foram compilados para análise, considerando a relevância para a pesquisa. No entanto, desse número, quatro artigos foram descartados da coleta de dados e a futura análise, totalizando 18, dado que não atendiam aos requisitos da pesquisa, ou seja, a menção sobre atividades de aventura e condutas pró-ambientais eram irrelevantes para o delineamento da pesquisa nesses artigos.

A pesquisa exploratória foi desenvolvida de outubro de 2014 a março de 2015. Conforme essa etapa era delineada, a obtenção de dados pertinentes à pesquisa era elencada simultaneamente para futura análise e discussão dos dados, que ocorreu nos meses de junho a agosto de 2015.

Para a compreensão e interpretação dos dados, utilizou-se a análise descritiva denominada Técnica de Análise de Conteúdo Temático (BARDIN, 2011) a qual auxilia na assimilação dos temas de maior interesse dentro das respostas. Para Bardin (2011) esta técnica permite o aprofundamento do universo pesquisado, descrevendo os resultados da pesquisa de maneira pragmática, isto é, sistemático e objetivo, possibilitando o entendimento das respostas emitidas pelos sujeitos de pesquisa. Com base neste tipo de técnica, são organizadas categorias, de acordo com as unidades recorrentes constantes no texto, elencando uma palavra, categoria, ou eixo temático que seja mais representativo na mensagem (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

A análise foi desdobrada em três etapas, sendo elas: pré-análise - escolha de documentos a serem analisados; exploração – etapa que permite a codificação e, por fim, - o tratamento dos resultados obtidos. Esse delineamento favorece a assimilação do que é realmente efetivo para o escopo da pesquisa. Sendo assim, permite descobrir núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência e aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 2011).

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos dos dezoito artigos analisados foram sistematizados em eixos temáticos *a posteriori*, como preconizado pela Análise de Conteúdo Temático, para facilitar a discussão dos dados obtidos (QUADRO 1). Os eixos temáticos foram categorizados de acordo com possíveis externalidades e consequências que as AAN podem oferecer, sendo estes: *ressonâncias ambientais positivas*, *ressonâncias ambientais negativas*, *ressonâncias sociais positivas*, *ressonâncias sociais negativas*, e *medidas de fomento*. Entretanto, os artigos presentes neste estudo, os quais foram analisados e fazem menção a mais de uma externalidade providas pelas AAN também foram direcionados e categorizados nos eixos pertinentes (QUADRO 1). Dessa forma, a categorização não prevê um cunho exclusivista, mas sim, que abrange as diversas facetas da temática pesquisada, o que pode, assim sendo, um estudo estar elencado em mais de um eixo temático.

Ressonâncias Ambientais Positivas	Ressonâncias Ambientais Negativas	Ressonâncias Sociais Pos	Ressonâncias Sociais Negativas	Medidas de Fomento
Tahara, Carniceli Filho (2009)	Pimentel, Saito (2010)	Pimentel (2012)	Pimentel, Saito (2010)	Teixeira, Marinho (2010)
Araújo (2011)	Lobo, Perinotto, Boggiani (2008)	Tahara, Carniceli Filho (2009)	Lobo, Perinotto, Boggiani (2008)	Tahara, Carniceli Filho (2009)
Antun, Baldin (2013)	Kruschewsky, Faxina (2009)	Pimentel, Saito (2010)	Castilho (2011)	Pimentel, Saito (2010)
Marinho (2008)		Lobo, Perinotto, Boggiani (2008)	Bruhns (2010)	Coriolano (2011)
Rosa, Carvalhinho (2012)		Lópes-Richard, Alamino, Simões (2007)	Kruschewsky, Faxina (2009)	Lobo, Perinotto, Boggiani (2008)
Chao et al (2015)		Marinho (2008)		Lópes-Richard, Alamino, Simões (2007)
Figueiredo et al (2011)		Rosa, Carvalhinho (2012)		Rosa, Carvalhinho (2012)
		Chao et al (2015)		Chao et al (2015)
		Figueiredo et al (2011)		Figueiredo et al (2011)

4.1 QUADRO 1. Sistematização dos artigos em eixos temáticos

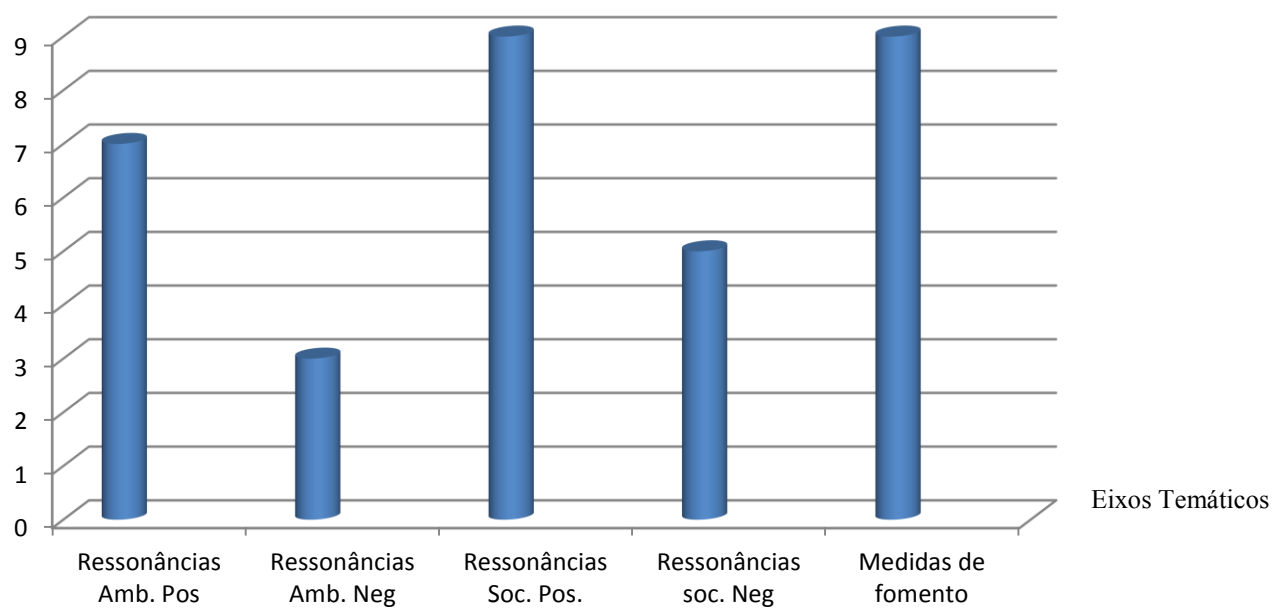
Dos 16 artigos investigados, 7 deles, representando 43,75 % (FIGURA 1) do esforço amostral fazem menção ao potencial educativo, no que concerne a novas posturas em relação à natureza de caráter conservacionista ou preservacionista, que as atividades de aventura instigam aos praticantes, categorizando-os como Ressonâncias Ambientais Positivas. Em contrapartida, as atividades de aventura que possuem externalidades negativas, evidentes devido aos seus impactos no meio ambiente, de acordo com os autores, ou baseados pela revisão da literatura concernente, foram sistematizados como Ressonâncias Ambientais Negativas. Nesta

classificação, apenas 3 artigos foram alocados, representando 18,75 % (FIGURA 1) do total amostrado.

No que tange às consequências com resolução em âmbito social que garantam vantagens, benefícios culturais e físicos ao grupo social das áreas circunvizinhas aos praticantes, ou pra sociedade de forma geral, determinou-se esse eixo como *Ressonâncias Sociais Positivas*. Dos autores, 56,25 % (FIGURA 1) salientam de alguma forma os benefícios gerados por tais práticas. Essa grande abundância relatada nos artigos avaliados (n =9), mais da metade, foi a categoria mais representativa da classificação apresentada. Por outro lado, as *Ressonâncias Sociais Negativas*, representando possíveis impactos negativos na comunidade vivente, a compartimentação social causada pela exigência de equipamentos de alto custo para a prática, ou uma errada concepção acerca dessas atividades, foram às diretrizes para a inclusão nessa categoria. Cinco estudos, 31,25 %, fazem menção no tocante a essas possíveis inconformidades geradas pelas AAN.

A categoria *Medidas de Fomento* foi considerada e inclusa como um eixo pertinente, dada à importância da proposição à difusão dessas atividades e o auxílio na mitigação de externalidades negativas de traço socioambiental. Essa importância é vista pelos próprios autores dos artigos, que, para o debate intersubjetivo das AAN, e suas lacunas a serem preenchidas, recomendam diversas linhas de ação para consolidação de que essas práticas, gradativamente, se tornem, cada vez mais, sustentáveis. Dos dezoito artigos averiguados, 9 destes, representando 56,25 % (FIGURA 1), indicam possíveis linhas de ação para futuros manejos das AAN.

Número de Artigos

**4.2 FIGURA 1: Quantitativo de artigos nos diferentes eixos temático**

5 DISCUSSÃO

5.1 Ressonâncias ambientais positivas

Na opinião de Rosa e Carvalhinho (2012) a compreensão das AAN como direcionadoras a uma nova perspectiva em relação ao meio natural é incipiente, porém, apesar dessa dialética ser emergente, a partir das diferentes leituras realizadas em suas pesquisas, os autores acreditam que essa possibilidade está gradativamente se estruturando. Estes autores afirmam que há uma valorização pessoal durante essas práticas, que resigna em uma compreensão mais íntegra do corpo, efetivando uma relação mais harmônica com a natureza.

Em entrevistas realizadas por Tahara e Carniceni Filho (2009) com 20 praticantes das atividades de aventura na natureza, com tempo de prática de pelo menos um ano, objetivou-se, entre outras coisas, relatar as possíveis mudanças geradas no tocante à representatividade da natureza em suas vidas. Averiguou-se que essa suposição teve fundamento, uma vez que 16% dos entrevistados alegaram diretamente que o respeito pelo meio natural tornou-se mais incidente na vida de cada um após o início das práticas.

Essa nova concepção que as AAN é capaz de instigar também é evidenciada em um estudo realizado com crianças, envolvendo caminhadas ecológicas em trilhas (ANTUM, BALDIN, 2011). Durante o delineamento da pesquisa, percebeu-se uma preocupação crescente por parte das crianças com a preservação da natureza e do ambiente como espaço onde vivem. Para o autor, as manifestações, as percepções afetivas e valorativas que as crianças passaram a desenvolver e demonstrar com o meio foi o que indicou a sensibilização ambiental provida por essa atividade.

A construção social que a aventura apresenta em suas diversas facetas, assim como a oportunidade em lidar com o desconhecido, com o novo, dotado de diversas dimensões inexploradas do contato humano com a natureza, é o que possibilita, afinal, o despertar para uma nova compreensão acerca do outro, do meio ambiente e do próprio indivíduo praticante (MARINHO, 2008). Para o estudo envolvendo as crianças já mencionados, o despertar a esta nova consciência pode ser vista pela novas necessidades delas em reverem seus comportamentos sociais e ambientais, bem como seus padrões de consumo. A busca crescente por atividades com tal caráter de propulsão a novos

pensamentos está crescendo no mercado da aventura, sendo imprescindível essa situação para fomentar a continuidade e perpetuação das AAN (ARAÚJO, 2011).

Em estudos realizados com idosos, também foi possível identificar um estreitamento no vínculo com a natureza (CHAO et al., 2015). Estes idosos foram classificados na dimensão ecocêntrica no referido estudo, que considera que o respeito pela natureza se dá pelo significado intrínseco desta e não pela apropriação visando um usufruto direto pelo homem. De acordo com os autores, essa aproximação sistemática pode favorecer o repensar de si mesmo e do ambiente em questão, podendo, por ventura, contribuir para o desenvolvimento do comportamento pró-ambiental. Rosa e Carvalhinho (2012) acrescentam que este contato direto com a natureza, sobretudo na reavaliação interna desta interação, é o que promove uma aproximação efetiva com o ambiente natural.

Conjecturando-se o que foi abordado até o momento, é possível levantar uma série de barreiras que impedem o desencadeamento do comportamento, sendo eles; falta de uma consciência ambiental primordial, falta de oportunidades, falta de um retorno acerca dos comportamentos pró-ambientais e um aspecto mais significativo de limitação, a presença de antigos padrões comportamentais. As atividades realizadas na natureza parecem desempenhar um papel importante para mitigação desses fatores inibidores. (ROSA; CARVALHINHO, 2012)

5.2 Ressonâncias Ambientais Negativas

A postura e as condutas que as pessoas configuram no ambiente, em que a natureza assume papel de palco para a atividade almejada, é o que dimensiona as potenciais externalidades negativas expressas. No estudo idealizado por Pimentel e Saito (2010) percebe-se uma fraca relação ser humano-natureza, quando não- praticantes das AAN foram instigados a se pronunciarem sobre a importância da natureza para a realização destas atividades, assim como, o potencial simbólico desta para a aventura, uma vez que, para mais da metade dos questionados, a ideia pré- concebida de que a aventura evoca maior representatividade da natureza, pode então, ser questionada. Entretanto, neste estudo, os atores não-praticantes, como sugerem os autores, estão compreendidos em uma região com poucos atrativos naturais; montanhas, encostas, rios e cachoeiras. Essas circunstâncias parecem relevantes para essas pessoas dimensionarem a natureza como um papel secundário para o escopo destas atividades. Em contrapartida, praticantes das AAN na natureza podem,

também, dimensionar a natureza de forma diminuta. Em outro estudo realizado por Pimentel (2012) com praticantes de voo-livre, nota-se uma apropriação da natureza de forma hedonista, que usufruem o esporte como uma forma de aliviar o estresse, sem, no entanto, fazer uma reflexão acerca da representatividade da natureza em suas vidas, a natureza aqui, é vista como um bem a ser consumido, com uma finalidade específica; o prazer.

Os impactos ambientais causados pelas AAN se apresentam como uma das principais consequências negativas dessas atividades. Apesar do número ínfimo de estudos abordar essa questão (n=1) e propor medidas de mitigação a tais impactos, sabe-se, de forma generalizada, da natureza desses impactos. Lobo, Perinotto, Boggiani, (2008), os únicos autores a explorarem esse viés, salientam os impactos do espeleoturismo, dada à alta vulnerabilidade ambiental desse ecossistema. Para estes, a forma de apropriação do espaço das cavernas é o que indicará os impactos gerados no meio. Deve-se, portanto, conhecer os potenciais impactos negativos ao ecossistema, para posteriormente abrir espaço ao planejamento e gestão sustentável de atividades desse gênero (LOBO; PERINOTTO; BOGGIANI, 2008).

5.3 Ressonâncias Sociais Positivas

Os benefícios gerados neste âmbito se referem ao gozo de melhor qualidade de vida, seja pelo estreitamento das relações sociais, o alívio do estresse, valorização da cultura regional, sensação de preenchimento pessoal ou uma melhor condição física, etc. Quando se analisam os aspectos que promovem maior aderência às atividades de aventura, pode-se identificar, justamente, essa busca pela qualidade de vida, como evidenciam Tahara e Carniceli Filho (2009) na qual trinta e cinco por cento dos sujeitos entrevistados sugerem que o desejo de fuga do cotidiano e a busca de uma melhor qualidade de vida é o que motivam essas pessoas a adentrarem no universo da aventura.

De acordo com Lobo, Perinotto e Boggiani (2008) o interesse pela busca da natureza pode ser dividido em duas categorias; aqueles que procuram a contemplação das formas e elementos da natureza, e outros que visam à sensação de pertencimento e interação com o meio. Como salientam os autores, a interação como meta à superação, à motriz da aventura, é um dos aspectos mais significantes que caracterizam o surgimento de novos adeptos. Essa busca pela aventura, pode se dar, entre outros motivos, pelo risco intrínseco que

está arraigado na maioria dessas atividades, sendo capaz de gerar emoções significativas, muitas vezes, de aliviar as tensões do cotidiano (MARINHO, 2008).

Pode-se, inclusive, mencionar uma dialética da adrenalina, em que a administração do risco nessas atividades incita o *eustresse*. Este diz respeito à excitação gerada capaz de promover um estado de alívio, e, concomitantemente, a carga de tensões, o *destresse* (PIMENTEL, 2012).

A apropriação do espaço natural requerendo o despertar de emoções consideráveis, parece ser um dos fatores determinantes a procura dessas práticas. Os depoimentos de praticantes presentes no estudo de Tahara e Carcineli Filho (2009) evidenciam tal afirmação, sendo que um deles revela: “ [...] adoro aquela sensação de medo que o rapel me dá, gosto muito de sentir que o perigo está sempre ao meu lado durante o desafio de realizar a atividade.”. Outro praticante parece ir de encontro com essa linha de raciocínio ao afirmar: “Ao descer pela primeira vez as corredeiras, tive um frio na barriga, mas com o passar do tempo a sensação é cada vez mais maravilhosa. É adrenalina pura, o risco está ali sempre ali ao seu lado no bote...”.

A necessidade recorrente de novas emoções, as quais, até então, seriam praticamente impossíveis no dia-dia conturbado das cidades, somada à procura emergente de qualidade de vida, como já mencionado, é o que catalisa a chegada de novos praticantes. Isso corrobora Pimentel (2012) o qual ressalta que, quando os entrevistados foram questionados sobre os supostos benefícios das AAN, esses praticantes afirmaram que a intensificação das emoções (30, 83%), seguida da qualidade de vida (33, 53 %) era o que os direcionaram à procura dessas atividades.

No estudo de Tahara e Carcineli Filho (2009) envolvendo praticantes de AAN, em relação a alterações físicas e psicológicas, a afirmação mais recorrente por parte dos adeptos foi que houve uma melhoria na satisfação pessoal e bem-estar em decorrências do contato direto com a natureza. Isto também se relaciona, de certa forma, com os pressupostos da qualidade de vida.

A busca por um corpo perfeito, pela valorização estética, não demonstra ser um dos pilares que sustenta a relação das atividades de aventura com seus praticantes, uma vez que estes estão mais preocupados com a busca pela natureza visando à intensificação de emoções, do que em relação a um estereótipo corporal mais bonito (TAHARA; CARCINELI FILHO, 2009). Este dado também ressalta o resultado deste estudo, uma vez que este tema foi pouco explorado nas pesquisas consultadas. Outro aspecto pertinente as AAN é o estreitamento das relações sociais durante as práticas; a amizade, a confiança, a

cooperação e a afinidade são atributos relevantes que podem estar atrelados durante a vivência. O *rafting*, por exemplo, em sua realização, exige uma constante sintonia de cada integrante para o escopo final, com uma movimentação regular do bote, sendo necessário que os remos da equipe sejam manejados perfeitamente para a movimentação e que o objetivo seja alcançado (MARINHO, 2008).

A acessibilidade, o risco e o baixo custo são importantes fatores de atratividade que essas atividades possuem para um constante crescimento e adesão. O *trekking*, por exemplo, atividade baseada em caminhadas por trilhas, possui certa acessibilidade e baixo custo, atraindo pessoas de faixa etária mais alta, as quais, até então, poderiam estar impossibilitadas de praticar um exercício físico em meio natural (PIMENTEL, 2012). A aproximação sistemática de pessoas mais velhas às AAN, inclusive o idoso, pode auxiliar num processo de libertação do claustro de quatro paredes, motivando-os a uma nova interpretação de si mesmo (CHAO et al., 2015). Isto pode ainda ser reforçado com a popularização, o barateamento e as facilidades de transporte (LOPES-RICHARD, ALAMINO, SIMÕES 2007)

No estudo realizado por Lobo, Perinotto e Boggiani (2008) ao analisar a receita gerada pela visitação ao PETAR-SP, palco de atividades espeleoturística, os autores salientam que, apesar do empreendimento visar o lucro, existem benefícios gerados ao comércio local, por meio da empregabilidade, de salários, e da circulação do capital recebido no comércio local, além da movimentação financeira que é gerada indiretamente pelos serviços de turismo como hospedagem, alimentação, transportes, entre outros. Observa-se, dessa forma, que o retorno econômico é uma faceta significativa gerada pelas AAN. Apesar de poucos estudos abordarem essa temática, é de exímia relevância considerar este aspecto para melhor compreensão das ressonâncias geradas por essas atividades.

A possibilidade de desenvolver atividades de aventura tendo como palco a natureza para sua realização é um fator determinante para que outros benefícios sociais possam ser expressos, como visto até aqui. A reflexão, o risco, o culto ao corpo e ao movimento, a vivência contínua com a natureza e a sensação de bem-estar geradas, são motrizes para a constante realização das AAN (ROSA; CARAVALHINHO, 2012).

5.4 Ressonâncias sociais negativas

Apesar das externalidades positivas presentes na AAN, seja em âmbito econômico, social ou ambiental, é possível identificar aspectos negativos, principalmente no que tange às populações locais, que ficam à deriva dos interesses mercadológicos das atividades inseridas na região. Apesar de Lobo, Perinotto e Boggiani (2008) salientarem os benefícios gerados à economia regional proveniente da circulação do capital vindo do segmento ecoturístico, mais precisamente do turismo de aventura, outros autores, como Castilho (2011), apontam falhas e consequências prejudiciais à comunidade regional.

Na visão de Castilho (2011) o aumento exacerbado do turismo exploratório, na qual, usualmente, subjuga a natureza para implantação de infraestrutura especializada, acaba afetando a população residente, que, na distribuição de renda, fica com a menor parte. Bruhns (2010) nesta linha de raciocínio, argumenta que as atividades de aventura podem vir a favorecer as populações urbanas interessadas na prática, sem garantias de melhorias à população local, esta por sua vez é geralmente analfabeta, isoladas do ponto de vista geográfico e sem poder na tomada de decisões. A autora salienta que estas populações são de extrema relevância no que concerne à conservação do mundo natural, que de forma indireta, está conservando a biodiversidade nativa.

Nota-se, portanto, uma negligência por parte dos tomadores de decisões ao tratar essas populações. A apropriação da natureza tendo como base um puro interesse comercial para a realização das AAN, não fomenta um desenvolvimento sustentável, visto prejudicar as populações menos favorecidas que já viviam antes na região em questão. Um planejamento que considere este grupo social como guardiões da cultura tradicional, bem como, protetores da biodiversidade, e aja uma gestão participativa com esses atores, deve ser idealizado.

No estudo idealizado por Pimentel e Saito (2010) ao questionarem a concepção que pessoas não praticantes de AAN tinham em relação àqueles que praticam, uma notável parcela (23,1 %) afirmou que essas atividades estão vinculadas a dimensões privilegiadas, pessoas com alto poder aquisitivo e à juventude, dado o condicionamento físico e o tempo livre dessa faixa etária. Percebe-se, portanto, um pré-conceito a respeito de uma hipotética segregação, no que se refere à riqueza e à faixa etária. Esta visão, não necessariamente se coaduna com os princípios de difusão da AAN.

Explorando a percepção que os não-praticantes têm sobre a possível qualidade de vida que as AAN podem vir a oferecer, a maioria (67%) que indicou essa consequência

como algo inato dessas práticas possui escolaridade superior. Mais uma vez, observa-se que a parcela que possivelmente não tem tanto acesso acerca dos benefícios das atividades de aventura é representada por pessoas menos favorecidas, que não tiveram educação superior e, provavelmente, não estão tão informadas sobre os potenciais ganhos dessas atividades.

Acrescentando ao debate, Lobo, Perinotto e Boggiani (2008) enfatizam que os altos preços cobrados nas atividades de aventura impossibilitam a prática dos menos abastados, eliminando a oportunidade dessas pessoas terem um contato mais representativo com o meio. Dessa forma, além das pessoas menos favorecidas financeiramente e de acesso limitado a informação não terem um acesso direto sobre a amplitude das AAN, muitas delas são impedidas de praticarem pelo alto custo que inviabiliza, desde o transporte aos locais de prática, à realização e difusão das AAN nas diferentes classes sociais.

5.5 Medidas de fomentos as AAN

A expansão das atividades de aventura se dá em ritmo acelerado nos últimos anos, como salienta Swarbrooke et al. (2003). Compreender suas limitações e seu potencial socioambiental para futuras linhas de ação no que concerne a sua difusão sustentável é um exercício a ser feito.

Apesar da propagação do turismo de aventura propiciar a consolidação de muitas atividades nos dias atuais, poucos são os grupos de pesquisa dedicados a abordarem desse tema como fenômeno principal (MARINHO, 2008), havendo uma lacuna a ser preenchida no meio técnico-científico, para maior aprofundamento e entendimento do tema.

A popularização destas atividades se dá pelas modalidades mais esportivizadas, possivelmente pela exposição garantida pela mídia, a qual favorece maior familiaridade aos não praticantes. Além do mais, a assimilação por parte das pessoas em relação às AAN depende do entorno sociocultural e da organização espacial, geográfica, da região em questão, oportunizando atividades que sejam coerentes com a estrutura física do local (PIMENTEL; SAITO, 2010). Esse cenário pode ser visto no estudo deste mesmo autor, em que o balonismo é a atividade mais lembrada pelas pessoas da região quando questionadas sobre o que conhecem acerca das atividades de aventura. O balonismo, apesar de ser uma modalidade pouco conhecida no Brasil, foi mencionado pela maioria dos sujeitos amostrados devido ao fato de ser uma modalidade amplamente praticada na região do estudo,

devido à ausência de morros e florestas contínuas que impossibilitam grande parte das atividades de aventuras.

As práticas que se consolidaram firmemente em território brasileiro pelo alto grau de disseminação estão relacionadas a baixos custos, com base no barateamento provido pela massificação do turismo de aventura ou de equipamentos, como o *rafting* e o *trekking*, para os quais não é requerido um intenso treinamento prévio para a realização. Percebe-se, portanto, o papel fundamental da mídia para o incentivo, não somente das práticas mais esportivizadas e socialmente difundidas, mas também, de outras modalidades que possam vir a ter um papel importante no processo educativo. Entretanto, apesar da massificação das AAN, é necessário que medidas de incentivo atraiam outras parcelas da população que, até então, não estão sendo cativadas ou são impossibilitadas por questões de informação e acesso, como discutido na seção 5.4.

Atualmente, o perfil de consumidores das atividades de aventura está centrado majoritariamente em homens de 18 e 30, de classe média, preocupados essencialmente com a qualidade de vida. Existem, portanto, barreiras de gênero, faixa etária e poder aquisitivo, que acabam atendendo a um padrão consumidor de cunho exclusivista, inviabilizando parte da população que não acessa este fenômeno por não se enquadrar nas condições estabelecidas para o seu gozo (PIMENTEL; SAITO, 2010).

Esta tendência pode ser vista no estudo de Chao et al. (2015) envolvendo idosos e o desencadeamento do comportamento pró-ambiental nas atividades de aventura. Estes autores argumentam a carência existente para o fomento dessas atividades para este grupo social, notado também pela falta de registros na literatura abordando o universo do idoso durante estas atividades.

As participações crescentes das AAN no âmbito do lazer devem estar acompanhadas de profissionais que estejam envolvidos na construção coletiva do processo educativo (TAHARA; CARCINELI FILHO, 2009), principalmente no que tange à intervenção participativa ao desencadeamento do comportamento pró-ambiental. Essa premissa é fundamental para a orientação das posturas tomadas frente ao meio ambiente por parte dos praticantes, incluindo, na prática, uma dimensão ambiental, visto estas atividades também serem potenciais causadoras de alterações pontuais e paisagísticas (ROSA; CARVALHINHO, 2012). Esse delineamento possibilita a mitigação de futuros impactos e auxilia no processo do despertar do sujeito ecológico quando a orientação por parte dos monitores ambientais é empregada consistentemente, sendo necessário, no entanto, que estes profissionais estejam capacitados a atuarem nessa dimensão.

Essa aproximação pode superar a dicotômica apropriação do ser humano sobre a natureza durante a realização das AAN, em que a o consumo hedonista de ter emoções significativas, sair da rotina e adquirir mais qualidade de vida pode, então, estar atrelado a uma real aproximação da natureza, tornando este estreitamento por parte dos praticantes como um bem em si (PIMENTEL; SAITO, 2010). Este contato sistemático e não pontual, não se limitando à aquisição de postulados teóricos, é o que possibilitará o alcance efetivo da consciência ambiental (ROSA; CARVALHINHO, 2012).

A discussão das atividades de aventura ainda não se encontra no cerne das discussões sobre políticas públicas e o manejo sustentável. Os mecanismos reguladores legais, no que concerne ao desenvolvimento adequado do ponto de vista ambiental são muito incipientes, havendo poucas leis e diretrizes que tratam especificamente da AAN em ambientes de fragilidade ambiental, por exemplo (LOBO; PERINOTTO; BOGGIANI, 2008). Os instrumentos legais vigentes, todavia, não são suficiente a uma correta política conservacionista aliando a prática e a preservação das áreas alvos.

A falta de leis específicas para o delineamento sustentável, como a proposição de certificação e licenciamento atestando a qualidade do serviço e as exigências de prática (LÓPEZ-RICHARD; ALAMINO; SIMÕES, 2007) somado ao descaso e negligência dos órgãos gestores, têm ocasionado o fechamento parcial de diversos locais com potencial de atratividade para práticas na natureza, como foi o caso da Gruta do Lago Azul em Bonito – MS em 2006, da Caverna do Diabo – SP em 2008 (LOBO; PERINOTTO; BOGGIANI, 2008). O debate político para o fomento sustentável destas atividades deve ser mais recorrente, para a constância e propagação das AAN. Linhas de ação como o Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura – Programa Aventura Segura de iniciativa do Ministério do Turismo em parceria com o SEBRAE, são importantes iniciativas para fortalecimento institucional, disseminação do conhecimentos, qualificação pessoal e certificação de condutores e empresas, que devem ser usadas como exemplo para a consolidação das AAN no segmento turístico e de livre acesso (CORIOLANO; MORAIS, 2011).

A falta de instrumentos e diretrizes legais que acompanhem o correto manejo das atividades em áreas naturais, seja de proteção ou não, pode, por um lado, apresentar aspectos positivos por não postular em demasia regras e condições de restrição. Em contrapartida, esse lapso deixa uma lacuna no que se refere às possibilidade de uso conservacionista e sustentável (LOBO; PERINOTTO; BOGGIANI, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de aventura na natureza apresentam-se como um importante instrumento para a educação ambiental, principalmente pela capacidade de incitar mudanças atitudinais que, por ventura, representarão novas posturas e condutas frente ao meio ambiente, consolidando o desencadeamento do comportamento pró-ambiental. No entanto, com esta pesquisa, percebeu-se que pouquíssimos estudos no Brasil dedicaram-se a compreender as atividades de aventura como fenômeno principal no despertar dessa consciência ambiental. A busca realizada no Portal de Periódicos da CAPES, respeitando os critérios de inclusão do estudo, encontrou um número pequeno de estudos que fazem menção direta da relação AAN com uma dimensão ambiental, percebendo que este campo de estudo no Brasil, necessita ser amplamente explorado no campo científico para maior aprofundamento do tema, dado à abordagem generalizada que é feita das diferentes modalidades de atividades de aventura.

Por outro lado, dentro de uma perspectiva social, notou-se uma maior preocupação dos estudos amostrados a respeito das relações sociais envolvidas durante as práticas, os benefícios físicos e psicológicos apresentados e a interpretação das sensações despertadas durante a prática como o risco, o novo e a aventura. Estes componentes parecem estar arraigados majoritariamente nas diferentes modalidades.

Existem, por outro lado, aspectos negativos que devem ser considerados para futuras linhas de ação referente às atividades de aventura. Os impactos ambientais, sejam pontuais ou em escalas paisagísticas, devem ser considerados durante o planejamento para minimização e mitigação dessas externalidades, havendo necessidade de um estudo prévio de impactos ambientais. O diálogo com as comunidades residentes também deve estar presente, para que a inserção nessas atividades não as prejudiquem, mas sim, possam favorecê-las, pela valorização da cultura tradicional, seja por meio do artesanato, da música, de expressões artísticas, de danças, etc., que resignifica a cultura regional, utilizando-se do turismo como motriz de atração.

O debate em âmbito político, bem como planos de ação com base em programas com diretrizes legais que forneçam instrumentos práticos para o fortalecimento sustentável dessas atividades devem ser instigados, para propagação e estabelecimento das AAN em todo território nacional. Somado a isso, a manutenção e fiscalização das áreas, assim como, o respeito às leis de conservação devem ser prioridades, para que as atividades sejam

constantes, não necessitando de fechamentos parciais por irregularidades e desrespeito ao meio ambiente.

É necessário, também, que profissionais capacitados como monitores ambientais, estejam sempre presentes na realização destas atividades, promovendo não apenas um contato pontual de absorção de competências teóricas, mas um contato significativo. Este contato pode incitar novas reflexões acerca da representatividade da natureza na vida humana.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996.
- AMARAL, M. C. O desafio da aventura sport fair e o turismo de aventura. IN: UVINHA, R. I (Org.). **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005, p. 233-236.
- ANTUN, A. E.; BALDIN, N. Pegada Ecológica: percepção de crianças em caminhadas na natureza. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 245-265, 2013
- ARAUJO, H. R.; et al. Monitoramento da visitação do parque estadual do biribiri e suas contribuições para o planejamento e gestão do uso público da unidade de conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 553, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BETRÁN, J. O. As atividades físicas de aventura na natureza: Rumo a um Novo Conceito de Ócio Ativo na Espanha. In: BRHUNS, H. T; MARINHO. A. **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Editora Manole, 2003, p.157-202.
- BLANGY, S.; WOOD, M. E. Desenvolvimento e implementação de diretrizes ecoturísticas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 4. ed. São Paulo: Senac, 2002. p. 59-91.
- BRASIL. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Relatório Diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005
- BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e a aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 86-91, 1997.
- BRUHNS, Heloísa Turini. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 157-164, 2010.
- CAPUANO, C. A cidade da aventura. **Revista Família Aventura** v. 7, n. 17, p. 24-45, abr. 2000.
- CARNICELLI-FILHO, S.; SCHWARTZ, G. M.; TAHARA, A. K.. Fear and adventure tourism in Brazil. **Tourism management**, Londres, v. 31, n. 6, p. 953-956, 2010.
- CAREGNATO, R. C A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.
- CARNICELLI-FILHO, S.; SCHWARTZ, G. M.; TAHARA, A. K. Fear and adventure tourism in Brazil. **Tourism management**, Kidlington, v. 31, n. 6, p. 953-956, dez, 2010.

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: Senac, 1999.

CASTILHO, C. T. Monte Roraima: experiência de lazer contemporâneo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 03, 2011.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. Tourism, Ecotourism and Protected Areas. **Parks**, Washington, v.2, n.3, p. 31-35, 1991.

CHAO, C. H. N. et al. Adventure activities in nature and development of pro-environmental behavior: comparative analysis between elderly practitioners and their conductors. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 169-180, 2015.

COLE, D. Wilderness Recreation in the United States: Trends in Use, Users, and Impacts. **International Journal of Wilderness**, Idaho, v. 2, n. 3, p. 14-18, 1996.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; MORAIS, E. O.. Desvendando Caminhos do Turismo de Aventura no Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo v. 1, n. 2, p. 3-11, 2011.

CORRAL-VERDUGO, V. La definición del comportamiento proambiental. **La Psicología Social en México**, Guadalajara, v. 8, p. 466-472, jan. 2000.

COSTA, V. L. M.; MARINHO, A.; PASSOS, K. C. M. Esportes de aventura e esportes radicais: propondo conceitos. **Motriz**, Rio Claro, v. 13, n. 12, p. S188, 2007.

DIAS, C.; MELO, V.; ALVES JÚNIOR, E. Os estudos dos desportos na natureza: desafios teóricos e conceituais. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 7, n. 3, p. 65-95 set./dez. 2007.

DIAS, C. A. G. Notas e definições sobre esporte, lazer e natureza. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, dec, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FERREIRA, L. F. S. **Corridas de aventura: construindo novos significados sobre corporeidade, esporte e natureza**. 2003. 151f. Dissertação (Mestrado Estudos do Lazer) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

FESTINGER, L.; CARLSMITH, J. M. Cognitive consequences of forced compliance. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, Washington, v. 58, n. 2, p. 203, 1959.

FIGUEIREDO, J. P. **Atitudes de condutores de atividades de aventura e a perspectiva de disseminação da sensibilização ambiental**. 2012. 154f. Dissertação

(Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2012.

FIGUEIREDO, J. P.; SCHWARTZ, G. M. Adventure activities and environmental education in Physical Education journals. **Motriz**, Rio Claro, v. 19, n. 2, p. 467-479, 2013.

GOMES, C.L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

INÁCIO, H. L. D. et al. Bastidores das práticas de aventura na natureza. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (orgs). Experiências em educação física para outra formação humana). Experiências em educação física para outra formação humana. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte, vol. 3, 2005.

LACRUZ, I. C.; PERICH, M. J. Lãs emociones em la práctica de lãs actividades físicas em la naturaleza. **Revista Digital Lecturas de Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 5, n. 23, 2000.

LEE, J.; WILLIAMS, M. International Research in Geographical and Environmental Education. **Education Research**, London, v. 10, n. 3, p. 218-244, 2001.

LEECH, N. L.; DELLINGER, A. **Validity: mixed methods**. Londres: Applied Linguistics, 2012.

LEITE, M. L. M. Naturalistas viajantes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 1, n. 2, p. 7-19, 1995.

LOBO, H. A. S.; PERINOTTO, J.A. J.; BOGGIANI, P. C. Espeleoturismo no Brasil: panorama geral e perspectivas de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 62-83, 2008.

LÓPEZ-RICHARD, V.; ALAMINO, W. R.; SIMÕES, M. F. Gerenciamento de riscos em programas de aventura. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo v. 18, n. 1, p. 94-108, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: Uma introdução. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

MARINHO, A. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 22, p. 47-70, 2004.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre v. 14, n. 2, p. 181-206, 2008.

MARINHO, A. Natureza, tecnologia e esporte: novos rumos. **Conexões: Revista da**

Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas v. 1, n. 2, p. 62-74, 1999.

MATHEWS, F. Beyond modernity and tradition: a third way for development. **Ethics & the Environment**, Atenas, v. 11, n. 2, p. 85-113, 2006.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013

ORTIZ, R. **Mundializacao e cultura**. Sao Paulo: Brasiliense, 2000.

PIMENTEL, G. G. O passivo do lazer ativo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 299-316, 2012.

PIMENTEL, G. G.; SAITO, C. F.. Characterization of the potential demand for activities of adventure. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 152-161, 2010.

POCIELLO, C. **Sport et Sportives**: approche socio-culturelle des pratiques. Paris: Vigot, Presses Universitaires de France, 1987.

RISÉRIO, A. Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil. **Anos**, v. 70, p. 25-30, 2006.

RODRIGUES, L. H.; DARIDO, S. C. Educação Física escolar e Meio Ambiente: reflexões e aplicações pedagógicas. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, n. 100, p. 12, 2006.

RODRIGUES, C; GONÇALVES JUNIOR, L. Ecomotricidade: sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica. **Motriz**, Rio Claro v. 15, n. 4, p. 987-995, 2009.

ROSA, P. F.; CARVALHINHO, L. A. D. A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 259-280, 2012

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e geografia. **Finisterra: Revista portuguesa de geografia**, v. 36, n. 72, p. 37-53, 2001.

SERRANO, C. **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1997. SCHWARTZ, G. M. Emoção, aventura e risco - a dinâmica metafórica dos novos estilos. In:

BURGOS, M. S.; PINTO, L. M. S. M. (Orgs.). **Lazer e estilo de vida**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002, p. 139-168.

SCHWARTZ, G. M. O corpo sensível como espaço ecológico. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 49-54, 2001.

SERRANO, C. **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo - SMA, 1997.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

STAKE, R. E. **Qualitative research**: Studying how things work. Nova York: Guilford Press, 2010.

SWARBROOKE, J.; BEARD, C.; LECKIE, S.; POMFRET, G. **Turismo de Aventura**: conceitos e estudos de casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TAHARA, A. K. **Aderência às atividades físicas de aventura na natureza, no âmbito do lazer**. 2004. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

TAHARA, A. K.; CARNICELLI FILHO, S. Atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) e academias de ginástica: motivos de aderência e benefícios advindos da prática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 187-208, 2009.

TAHARA, A. K.; SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura na natureza: investindo na qualidade de vida. **Lécturas: Educación física y Deportes**, Buenos Aires, v. 8, n. 58, p. 30-36, 2003

TEIXEIRA, F. A.; MARINHO, A. Atividades de aventura: reflexões sobre a produção científica brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 536-548, 2010.

THOMPSON, S. C. G.; BARTON, M. A. Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. **Journal of environmental Psychology**, v. 14, n. 2, p. 149-157, 1994.

WESTERN, D. Definindo Ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKIN, D. E. **Ecoturismo**: um guia para o planejamento e gestão. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2001. Pag. 13-22.